



Encontro
da Rede **10**^o
de Estudos Rurais

“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

Mapeamento participativo em Terra Indígena Morro dos Cavalos – instrumento de resistência e reconhecimento*

Raul Borges Guimarães¹

Neide Barrocá Faccio²

Luís Antonio Barone³

GT 3: Posse, ocupação, propriedade privada e terra e regularização fundiária: diálogos sobre os instrumentos de dominação e concentração e as estratégias de democratização de terras

RESUMO

Discute-se aqui a realização do mapeamento participativo e monitoria de áreas de conflito/ameaças na Terra Indígena (TI) Morro dos Cavalos - situada no município de Palhoça/SC – ocupada majoritariamente por famílias da etnia Guarani Mbya. A pesquisa foi efetivada a partir dos pressupostos da cartografia social e das metodologias de pesquisas colaborativas. A metodologia torna-se especialmente relevante nesta pesquisa, haja vista a necessidade de se atuar em conjunto e de forma colaborativa com a comunidade guarani, além de parceiros de projeto integrantes de outras agências. O projeto em tela se desenvolveu entre os anos de 2021 e 2022, e objetivou, além do levantamento de áreas de conflito que afetam e ameaçam o território Guarani no litoral sul catarinense, subsidiar a organização de um sistema participativo de monitoramento da TI. Por meio do mapeamento, acompanhado do diálogo com informantes Guarani, em conjunção com os elementos registrados pela equipe em campo, foram identificados nove pontos de conflito, categorizados por nível de intensidade (alto, médio e leve). A partir desse levantamento, foi elaborado um mapa síntese das zonas de conflito, que subsidiou a discussão de um sistema comunitário de vigilância. Esse território indígena, acossado pela especulação imobiliária, aguarda sua homologação por parte do Executivo Federal.

Palavras-chave: Mapeamento e monitoramento participativos; Território Guarani; conflitos fundiários.

Introdução

É evidente, ao longo dos anos pós-1988, a luta crescente das populações tradicionais na defesa de seus territórios. No Brasil, esses grupos enfrentam ameaças constantes, seja por conta do

* Agradecemos à FAPESP, financiadora do projeto que gerou esta comunicação (Processo 2019/27565-4).

¹. Geógrafo, professor titular da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP, raul.guimaraes@unesp.br

².Arqueóloga, professora Livre-docente da FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente/SP, neide.faccio@unesp.br

³ Sociólogo, professor da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA, membro do Nupedor, luis.barone@unesp.br

avanço da agropecuária capitalista, da exploração dos recursos naturais - como minérios e madeira, quase sempre de forma ilegal – como também, sobretudo em função de certa localização de suas terras, da especulação imobiliária urbana e periurbana. Sem dúvida, o desmatamento ilegal precede todas as demais atividades, avançando cada vez mais sobre áreas protegidas, sejam elas Unidades de Conservação ou Terras Indígenas (APIB, 2020a, 2020b; CONCEIÇÃO et al, 2021).

O monitoramento desses territórios, portanto, é um importante instrumento de proteção às terras indígenas e, para tanto, diversos procedimentos são necessários, quer seja para diagnosticar os tipos de ameaças, quer seja para prospectar ações de proteção ao território. Diferentes estudos de caso demonstram a importância do mapeamento participativo para o monitoramento de territórios tradicionais (SANTOS e KOZEL, 2020; CARVALHO, 2021).

O mapa, segundo Levy (2008, p. 153), “é um tipo de linguagem duplamente particular”, que se encontra entre as linguagens sequenciais e verbais - por um lado – e entre o símbolo puro e “figurativo” (como a pintura, a matemática ou a fotografia) por outro lado. O autor define o mapa como uma linguagem específica, que explora um sistema de signos igualmente específicos, cuja intertextualidade se apresenta como característica fundamental, formando um universo próprio e mágico, que se difere claramente do discurso verbal escrito ou oral (LEVY, 2008).

O mapa, devido a essa característica dual, permite uma visualização e uma leitura dos eventos e fenômenos de forma instantânea, trazendo uma série de efeitos específicos à linguagem, que vão além de sua mensagem explícita. Ele permite agrupar e apresentar elementos, que poderiam estar dispostos de maneira dispersa e possivelmente desconexos na linguagem verbal, em uma única “imagem”. No entanto, cabe destacar, também, sua complexidade – o que torna sua recepção e, principalmente, sua produção, um tanto quanto restritas (LEVY, 2008).

Além das áreas da Geografia e da Cartografia, outros ramos das ciências humanas também se beneficiaram e contribuíram para o desenvolvimento da cartografia social - ou etnomapeamento, como a Antropologia a apresenta - através da criação e aplicação dos etnomapas (CARDOSO, 2012). Portanto, o desenvolvimento de pesquisas nessa área, implica necessariamente um investimento interdisciplinar. Acserald e Coli (2008, p. 13), apontam que o mapa é um “enunciado performático, que diz algo sobre o real e sobre este produz efeitos”. É possível apontar que há uma disputa cartográfica no interior da política dos mapeamentos, que envolvem distintas representações de um dado território (ACSERALD; COLI, 2008, p. 14). Segundo Correia (2007), apenas no século XX a elaboração de mapas passou a contar com a participação direta dos povos autóctones. Surgiu, assim, um novo uso político do mapa, dessa vez voltado à defesa do território e dos direitos dos povos originários. É nesse contexto que

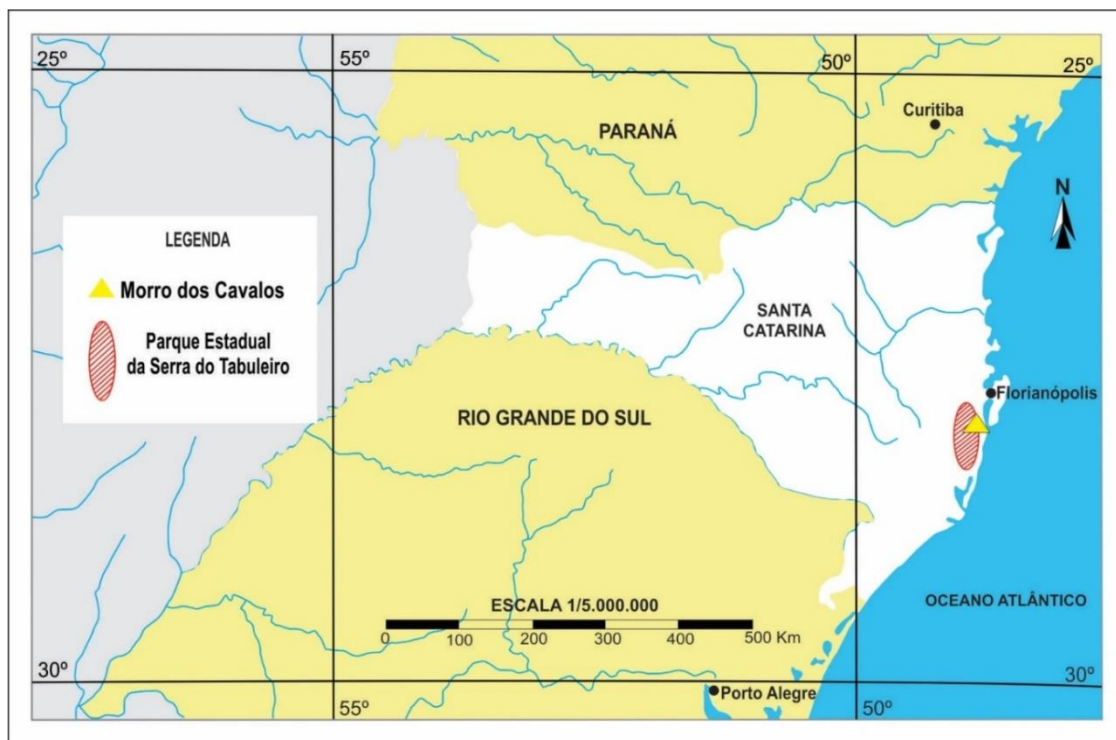
surge a cartografia social.

Como ferramenta assessória (e indispensável) nesse tipo de cartografia, técnicas de pesquisa participativa/colaborativa foram desenvolvidas. Tal processo envolve diretamente demandas formuladas pela comunidade sujeito da pesquisa – no caso, os Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos (Palhoça/SC). Os desafios, ao se estabelecer um diálogo com a comunidade, vão surgindo ao longo do processo, criando situações não previstas nos cronogramas e nas metas/objetivos de projetos formalizados – algo que será problematizado ao longo deste texto.

Área de estudo: a TI Morro dos Cavalos

O projeto “Nhemboaty Mirim um sistema de vigilância e monitoramento saudável e sustentável do Parque Estadual Serra do Tabuleiro e da Terra Indígena Morro dos Cavalos (SC), com base em geotecnologias de mapeamento participativo” (apoiado pela FAPESP) teve, como objetivo central, realizar uma pesquisa colaborativa aplicada buscando desenvolver subsídios para aprimoramento de um sistema participativo de vigilância – notadamente nas áreas de risco socioambiental - para a TI Morro dos Cavalos, localizada no município de Palhoça/SC e, na sua quase totalidade, em sobreposição com a Unidade de Conservação “Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST)” (**Figura 1**). Ambas as áreas estão sob constante ameaça de invasões - sobretudo a partir das dinâmicas econômica e fundiária do litoral continental imediatamente ao sul da Ilha de Santa Catarina, onde se localiza a cidade de Florianópolis.

Figura 1 – Localização da Terra Indígena Morro dos Cavalos e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro



Elaboração: banco de dados do projeto Nhemboaty Mirim.

A presença ancestral dos Guarani no litoral sul catarinense, especificamente, na região do Morro dos Cavalos, é referida recorrentemente pelos anciões indígenas, além de atestada por sítios arqueológicos e mesmo pela documentação histórica - que registra, a partir de relatos de viajantes, o resgate de portugueses naufragados realizado por guaranis no sul da Ilha de Santa Catarina, nas imediações do Morro dos Cavalos; tais portugueses, rumando a noroeste pelos caminhos tradicionais (peabirus), chegaram a Potosí, na atual Bolívia (MARTINS, 2002). Em decorrência do crescimento da população no entorno – uma área de influência da capital catarinense - e a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em 1975, os Guarani sofreram forte cerceamento no seu modo de vida tradicional, além da constante redução do seu território tradicional, o que chegou a comprometer sua autonomia econômica e a satisfação de suas necessidades. Com a construção da BR-101, os indígenas perceberam as fortes alterações no seu território e os riscos à comunidade. A partir de então, a luta passou a ser pela demarcação da Terra Indígena, fato ocorrido em 2008, sendo que os Mbya ainda aguardam a homologação de seu território – última etapa do processo de legalização de uma TI. Assim, os Guarani vivem em um território permeado de conflitos com os *juruvá* (não-indígenas), que buscam impedir a homologação da terra indígena, perpetuando um sentimento anti-indígena nas comunidades próximas ao Morro dos Cavalos (PGTA,2021). A pesquisa participativa, principalmente o mapeamento participativo, teve, como objetivo, aprimorar suas ferramentas de monitoramento territorial, além de fortalecer as redes de proteção à TI, por

exemplo integrando mais as lideranças indígenas à equipe técnica do Parque da Serra do Tabuleiro.

Metodologia: um trabalho colaborativo e compartilhado

Uma análise das principais ameaças à integridade física, ambiental, social e econômica das comunidades indígenas da TI Morro dos Cavalos, assim como a percepção dos agentes sociais e dos conflitos de interesse envolvidos na busca pelo desenvolvimento saudável e sustentável da TI, foram discutidos a partir da experiência de um mapeamento participativo. A partir da primeira aproximação com a Terra Indígena e o Parque da Serra do Tabuleiro foi diagnosticado que as principais disputas e ameaças são a expansão da área urbana e periurbana do Município de Palhoça/SC, com forte especulação imobiliária, além dos litígios com os ocupantes mais antigos, acerca da regularização fundiária da área.

A partir de uma parceria entre UNESP, IFSC⁴ e Centro de Formação Tataendy Rupa (associação pertencente à comunidade Guarani), foi articulado o projeto e foi estabelecida, entre as partes envolvidas, a realização de um sistema participativo de monitoramento da TI, associado ao levantamento dos conflitos, realizado, também, de maneira participativa⁵.

Quando se discute as metodologias que pressupõem a colaboração ativa das comunidades pesquisadas, alguns elementos devem ser levados em consideração. Podem e devem ser, inclusive, considerados os “imponderáveis da pesquisa”, posto que escapam totalmente do controle do pesquisador universitário. Um deles é o “timing” da comunidade que, mesmo sendo bastante conhecida do pesquisador, sempre enfrenta desafios inesperados que afetam mais ou menos fortemente o cronograma pactuado – diz-se, por isso, que projetos do tipo pesquisa-ação podem ser excessivamente demorados (ADAMS et al., 2006).

No entanto, outra ordem de fatores também é fortemente interveniente nesses processos participativos, especialmente nas pesquisas colaborativas. Esses são de ordem mais qualitativa e influenciam a própria direção da pesquisa, alterando, inclusive, seus objetivos iniciais (THIOLLENT, 2008). O próprio entendimento – ou, melhor dizendo, a dinâmica do entendimento da comunidade, sobretudo por parte dos “stakeholders” - acerca de suas necessidades é um deles. Nesses casos, as necessidades e, portanto, os objetivos pactuados passam a ser reajustados pela comunidade.

A execução do projeto Nhemboaty Mirim enfrentou esses desafios das pesquisas colaborativas. Uma das dificuldades foi justamente a assincronia entre as ações previstas no cronograma e os

⁴ Instituto Federal de Santa Catarina.

⁵ O primeiro período de execução do projeto deu-se em meio ao período mais crítico da pandemia, impossibilitando trabalhos de campo. No entanto, seis oficinas de planejamento participativo foram realizadas no período.

processos concretos que se desenrolavam na TI. Mesmo as lideranças Guarani tendo participado da elaboração do projeto base, sua anuência à realização de oficinas de etnomapeamento – um objetivo secundário do projeto – se chocou, na prática, com o fato de que uma outra iniciativa - esta associada à elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI - mobilizou a comunidade nos anos de 2020 e 2021 e aplicou uma técnica similar – alcançando resultados muito bons e que foram, então, considerados pela equipe do “Nhemboaty”.

A solução pactuada foi garantir o compartilhamento das informações geradas pelas oficinas do PGTA – realizadas com assessoria de pesquisadores do IFC⁶ – e desenvolver uma alternativa para a realização de um mapeamento participativo, com colaboração das lideranças da TI, objetivando aspectos que os trabalhos do PGTA, mesmo ressaltando sua importância, não teve condições de implementar. Assim, as ações do projeto Nhemboaty se integram a um conjunto de iniciativas das agências parceiras do projeto – notadamente as locais – com objetivos paralelos aos do Nhemboaty⁷. Como essa ação voltada ao etnomapeamento se encaixou exatamente no previsto no projeto, a equipe - mesmo tendo realizado uma rodada de discussões acerca da cartografia social e etnomapeamento - considerou totalmente inoportuno repetir as oficinas com poucos meses de distância uma da outra.

A partir de autores como Machado (2014), Acelrad e Coli (2008), Almeida (2003), Correia (2007), Castrogiovanni (2000) e Costa (2010), entendemos que as ações realizadas por meio das pesquisas participativas surgem da interação entre prática do conhecimento científico e dos saberes locais, com uma relação de troca realizada entre os sujeitos sociais envolvidos na ação contínua de mapear.

Na *pesquisa de campo*, as técnicas utilizadas durante as oficinas de mapeamento foram a observação, conversação e a utilização de instrumentos para realizar registros documentais, como orienta Costa (2010). Os registros documentais foram recursos audiovisuais (fotografias, captura de áudio e vídeo), a tomada de notas e a elaboração de mapas coletivos.

Outra metodologia aplicada foi a realização de trilhas para verificação, delimitação e diagnóstico das áreas de conflito relatadas na oficina de mapeamento. Fomos, em todas as ocasiões, acompanhados por membros da comunidade. Essa metodologia permitiu que os participantes se sentissem mais à vontade, despertando memórias, esboçando afetividade e sentimentos de pertencimento em determinados locais. O trabalho diário era finalizado com uma verificação e atualização do mapa por parte da equipe (**Figura 2**)⁸.

⁶ Instituto Federal Catarinense.

⁷ Citamos, além do PGTA - “Eko-Etno-Envolvimento”, outra iniciativa importantíssima para a efetivação do programado Sistema Participativo de Vigilância: o projeto “Caminhos do Maciambú: Paisagem Cultural e Patrimônio Mundial da Mata Atlântica”, rebatizado como projeto “Ka’aguy”, que garantiu uma primeira capacitação de monitores indígenas (Ka’aguy).

⁸ O mapa síntese foi elaborado em ambiente SIG, utilizando o software QGIS.

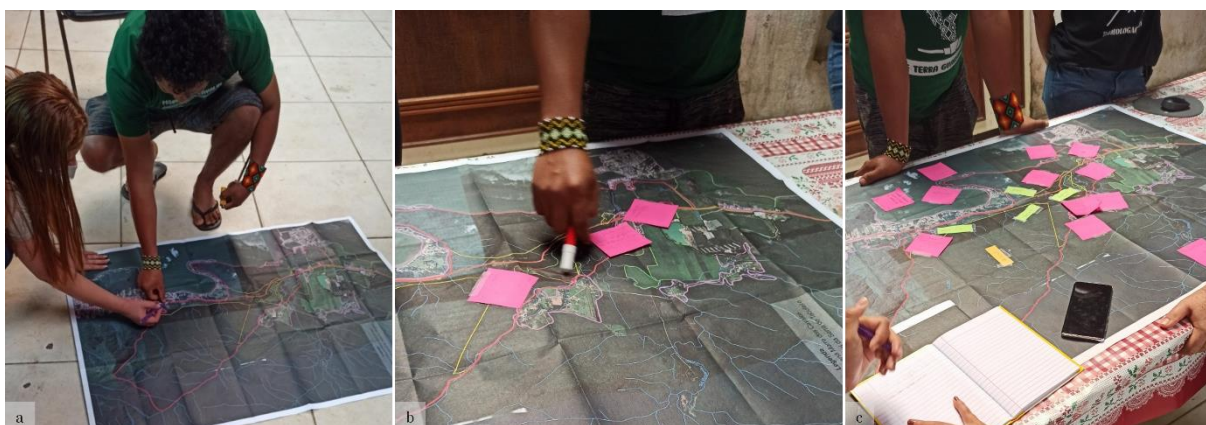
Figura 2 - Registro das áreas de conflito e ameaças ao território indígena



Oficinas e levantamento de campo na TI Morro dos Cavalos

Na primeira etapa de campo, foram discutidos o contexto de lutas, resistências, articulações e, nesse interim, as demandas dos Guarani. Com as demandas elencadas, realizamos, colaborativamente, uma cartografia prévia das principais zonas de conflito e tensionamento, que foram marcadas em um mapa com imagem de satélite. Foi anotado, no mapa base da TI, as áreas de conflito, discriminando invasões e ameaças (**Fig. 3**). Para cada um dos pontos, houve um breve relato feito pelas lideranças, que foram anotados e colados ao mapa.

Figura 3: Mapeamento participativo, identificação das áreas de conflito.



Após a 1ª oficina, os pesquisadores foram organizados em três equipes para levantamentos e diagnóstico das invasões e conflitos - 1) Registro e descrição do tipo das edificações; 2) Perímetro da área invadida ou de conflitos; 3) Depoimentos a partir de conversas informais com não indígenas da área. Ao final de cada dia, a equipe reuniu-se para organizar o relatório de campo; processar os dados georreferenciados e atualizar o mapa reunindo as informações coletadas no campo.

Ao final dos trabalhos de campo, finalizamos a 2ª oficina junto aos representantes da Terra Indígena, na qual apresentamos os dados levantados em campo, bem como diagnóstico prévio, para que os dados fossem validados ou não pelos representantes (**Fig. 4**). Participaram ativamente desta reunião as principais lideranças da TI. Outros integrantes da comunidade estavam presentes, mas não se manifestaram - algo que foi respeitado pela equipe, mesmo que contrariando preceitos metodológicos.

Figura 4: Oficina junto aos representantes da TI Morro dos Cavalos e apresentação do banco de dados e rascunho do mapa síntese



Com as observações e correções do mapa preliminar, estabelecemos, coletivamente, graus de intensidade para cada área de conflito (alto, médio e leve). Durante essa oficina, foi apresentado à comunidade o banco de dados compartilhado, no qual constam as informações e dados coletados em campo.

3. Discussão e Resultados: o prognóstico e o monitoramento Nheamboty Mirim

É importante ressaltar que a oficina de cartografia social efetivamente realizada junto à TI

Morro dos Cavalos cumpriu o objetivo não completado pelo etnomapeamento constante no PGTA: o de levantar as “áreas de vulnerabilidade territorial, esquematizando locais que ameaçam a vida e a sociabilidade da coletividade em nossa comunidade” (PGTA, p.8).

Do ponto de vista dos produtos, o banco de dados formado e usado para a interpolação de informações possibilitou a elaboração de produtos cartográficos, a partir das demandas apresentadas em entrevistas junto às lideranças. Foi organizado um drive compartilhado para que o Centro de Formação Tataendy Rupa, o Parque Estadual Serra do Tabuleiro e todos os laboratórios de pesquisa envolvidos na execução do projeto possam acompanhar o desenvolvimento da pesquisa, ter acesso ao material produzido e contribuir coletivamente no compartilhamento de dados. O banco de dados georreferenciado foi, também, incorporado ao sistema de monitoramento da TI.

Ao final de nossas incursões pela Terra Indígena Morro dos Cavalos e seu entorno imediato, produzimos o mapa síntese (**Figura 5**). Nele foram identificados nove pontos de conflito, categorizados por nível de intensidade, a partir da percepção dos informantes Guarani, cotejada com os elementos registrados pela equipe em campo.

Os níveis de intensidade adotados foram: alto nível conflitivo (vermelho), para os conflitos de maior intensidade e ou impacto direto à reprodução do modo de vida Guarani; médio nível conflitivo (laranja), para conflitos de impacto direto e ameaça territorial, porém de manifestação menos presente no cotidiano da TI Morro dos Cavalos e seus habitantes; leve nível conflitivo (amarelo), para ocupações muito próximas aos limites da TI Morro dos Cavalos e/ou ocupações já conhecidas pelos Guarani, que mantêm alguma relação de respeito com a comunidade e que, aparentemente, só aguardam os encaminhamentos jurídicos para se retirarem da área da TI.

Também foi mapeada a ocorrência de espécies invasoras (eucalipto e pinus) na cor verde, além da Rodovia BR101, que recebe uma representação especial porque sua existência é, em si, um conflito intenso e contínuo, atuando diretamente no cotidiano e na reprodução do modo de vida Guarani.

É interessante considerar que a localização dos conflitos não é homogênea pelo território, sendo mais concentrada em alguns pontos específicos – que, via de regra, correspondem às áreas mais litorâneas e, por consequência, de interesse do mercado imobiliário.

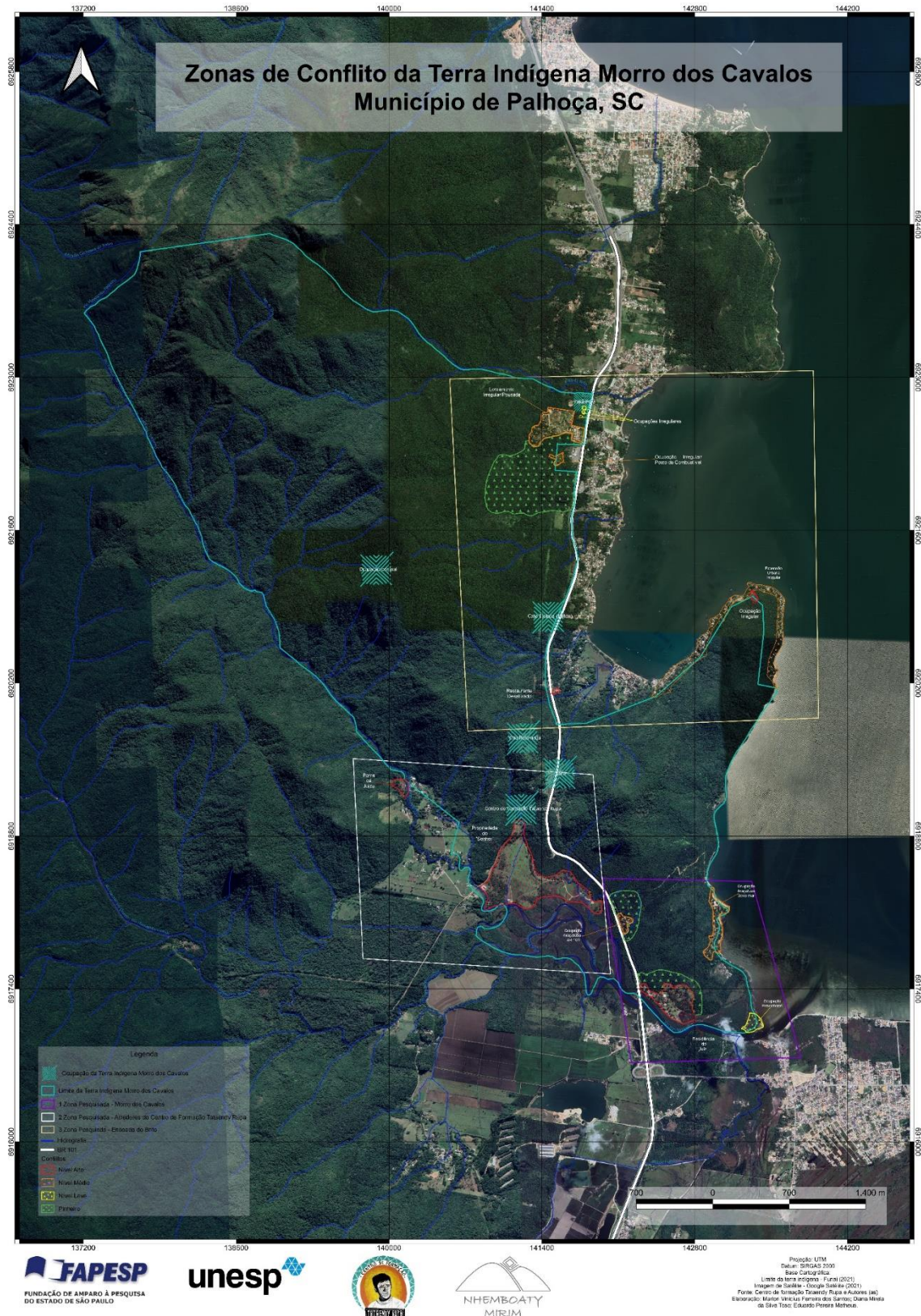
Na **zona de conflito 1**, correspondente a Enseada do Brito, é possível identificar uma grande área dedicada ao cultivo de pinus/eucaliptos, cujo limite norte está em contato direto com um conjunto de edificações em processo de disputa judicial, sendo a maior delas referente à Pousada Serra Mar, que descarta seus rejeitos nos rios que cruzam a Aldeia Yakã Porã. Captação irregular de água e plantio de lavoura também caracterizam essa invasão na Z1.

Rumando no sentido oposto, à Leste da BR 101, temos um ponto de alto nível conflitivo, próximo ao quilometro 231, correspondendo a um restaurante fechado, que se mantém na memória coletiva dos Guarani como um polo político de deslegitimação da luta indígena no município de Palhoça. Durante anos, esse estabelecimento foi um aglutinador de agentes contrários à TI, sendo seu proprietário uma liderança desse movimento. Já no limite Sul da zona de conflito 1, identificamos um ponto de alto nível conflitivo, sobreposto à uma área contígua de médio nível de conflito. Trata-se de um trecho composto por residências de veraneio, cujos ocupantes são hostis à presença e circulação (na via pública) de pessoas estranhas (inclusive os Guarani); e de polígono referente a uma área de queimada recente, com estruturas de futuro loteamento - que avança sobre os limites da TI Morro dos Cavalos.

Na **zona de conflito 2**, evidencia-se as invasões no próprio acidente geográfico que batiza a TI – o Morro dos Cavalos - correspondentes às áreas de ocupação mista, nas quais parte das edificações são casas de pescadores (ocupações legítimas) e outra parte corresponde a casas de alto padrão construtivo. No acesso pelo quilometro 234 da BR101, identificamos, ainda, mais dois pontos de conflitos, sendo o primeiro (mais próximo da BR101) a “casa do Juiz”, de alto nível conflitivo; e o segundo, mais próxima do rio Massiambu Pequeno e Enseada do Brito, uma ocupação de pescadores que, de acordo, com a comunidade, aguarda o desenlace dos processos judiciais para sua realocação. Mais uma vez, a presença de pinus/eucaliptos, junto às áreas de invasão imobiliária, foi observada.

Já a **zona de conflito 3**, correspondente aos arredores do Centro de Formação Tataendy Rupa, é representado por dois polígonos categorizados como sendo de alto nível conflitivo e correspondem a um conjunto de invasões imediatamente após a ponte sobre o Rio Massiambu Pequeno. Uma dessas invasões corresponde à “propriedade do fazendeiro” que, segundo os Guarani, mantém litígio com a comunidade por estar cercado pelos “índios”. Ocupante antigo, ele dificulta as negociações para sua remoção e tem ameaçado repassar a área para as Forças Armadas e não para a TI. Isso faz desse ponto o mais importante de monitoramento para a proteção do território.

Figura 5: Mapa Síntese dos conflitos no Morro dos Cavalos



Fonte: Acervo do projeto Nhemboaty Mirim (2021).

O segundo polígono destacado, localizado a noroeste do Centro de Formação e cortado pelo Rio Massiambu Pequeno, representa outro ponto de conflito - a “ponte da Juíza”. Trata-se de uma ponte às margens da propriedade de uma juíza local (área no limite da TI), cujo acesso para carros se encontra fechado, dificultando o acesso e o monitoramento do território.

Meses após os levantamentos, foi realizada uma oficina de validação do mapeamento (**Figura 6**). Nesse encontro, atualizou-se os contextos, que reafirmaram os pontos a serem monitorados.

Figura 6 – Entrega final do mapa (julho/2022)



Fonte: Acervo do projeto Nhemboaty Mirim (2022).

Considerações finais

Em consonância com os objetivos do projeto, desenvolvemos um diagnóstico dos pontos de tensão e áreas de conflito que ameaçam a integridade da TI Morro dos Cavalos. Tal recomendação/preocupação redundou numa produção cartográfica que Costa (2010) prevê como uma das possibilidades da cartografia social – justamente aquela que tematizaria os “riscos e conflitos” existentes no território. As oficinas de cartografia social realizadas junto à TI Morro dos Cavalos e o diagnóstico consequente cumpriu o objetivo não alcançado pelas oficinas do PGTA: o de levantamento “das áreas de vulnerabilidade territorial, esquematizando locais que ameaçam a vida e a sociabilidade da coletividade em nossa comunidade” (PGTA, p.8). A integração possível e colaborativa entre diferentes projetos, garantiu o que recomenda o PGTA no tocante à segurança da TI: 1) a necessidade de que “a segurança do território precisa ser reestruturada em harmonia com o Plano de Gestão Territorial e Ambiental”; e 2) que essa segurança seja realizada pela comunidade a partir de “princípios fundamentais: [...] a

prevenção, o monitoramento e a articulação com os apoiadores e os órgãos estatais responsáveis por este setor” (PGTA, 2021, 49).

O diagnóstico produzido, assim como o prognóstico, constitui-se em etapa no processo colaborativo e dialógico que os pesquisadores (Unesp, IFSC e IFC) desenvolvem junto à TI Morro dos Cavalos e ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Tal processo, conforme explicitado por Acserald e Coli (2008), tem como objetivo maior (porque é mais duradouro e consequente), a formação de uma comunidade (rede) voltada à gestão participativa de um SIG, objetivando o monitoramento de ambos os territórios (TI e UC) que, em muito, se sobrepõem.

A realização deste trabalho corrobora a discussão da importância em monitorar as TI brasileiras, visto as constantes e diferentes ameaças aos territórios tradicionais. A realidade constatada por este trabalho estende-se por todo o território brasileiro (APIB, 2022; PORTO-GONÇALVES, 2009; CIMI, 2021) e a TI Morro dos Cavalos não é exceção no quadro de violências aos povos indígenas – diferenciando-se talvez, apenas pelo assédio da especulação imobiliária, em função de sua localização litorânea. Também por isso, a construção de redes de pesquisa e parceria entre academia e comunidades indígenas é de suma importância.

O aprimoramento de um sistema de monitoria e vigilância da TI, esboçado pelo projeto Nhemboaty Mirim, pode acelerar alguns passos numa intrincada teia de relações institucionais que a TI constrói com o Parque Estadual e a própria FUNAI, numa conjuntura política que lhes é pouco favorável - algo manifesto no atraso do governo federal em homologar a TI. O mapa síntese e o banco de dados, portanto, são instrumentos de denúncia e defesa, expressando a articulação de diferentes agências em busca da garantia e reconhecimento da cidadania e diversidade da sociedade brasileira, dentro da qual essa parcela descendente dos povos originários sempre foi subalternizada e invisibilizada.

Referências

ACSELRAD, H.; COLI, R, L. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. (Org). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 2008, p. 14-43.

Adams, C; Hoque, Z; McNicholas, P. **Case studies and action research**. In: Hoque, Z. (Ed.) *Methodological issues in accounting research – theories, methods and issues*, Spiramus, London (2006), pp. 361-373.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Carajás: A Guerra dos Mapas**. Belém: Falangola, 2003.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Nova cartografia social da Amazônia**. 2010.

Franco, M. **Pedagogia da pesquisa-ação**. *Educação e Pesquisa*, 31 (3) (2005), pp. 483-502.

CARDOZO, I. B.; VALE JUNIOR, I. C. do (org.). **Etnozoneamento da Porção Paraense das Terras Indígenas Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera**. Porto Velho - Ro: Edufro, 2012. 201 p.

CORREIA, C. de S. **Etnozoneamento, Etnomapeamento e Diagnóstico Etnoambiental: Representações Cartográficas e Gestão Territorial em Terras Indígenas do Estado do Acre**. 2007. 431 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/1183>> Acesso em: Julho 13, 2021.

COSTA, M. M. M. da. **Conhecendo a Cartografia Social: técnicas, vantagens e limitações**. In: O Professor PDE e os desafios da escola pública paraense: Produção Didático-Pedagógica, 2010. Volume II. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_ufpr_geo_pdp_manuel_messias_moraes_da_costa.pdf> Acesso: Julho 02, 2021.

LEVY, J. Uma virada cartográfica? In: ACSELRAD, Henri (Org). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: ETERN/IPPUR/UFRJ, 2008.

MACHADO, M. C. **Mapeamento Cultural e Gestão Territorial de Terras Indígenas: O uso dos etnomapas**. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília – Unb, Brasília, 2014.

MARTINS, G. R. Breve painel etno-histórico do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, EdUFMS, 2002.

Santos, A. M. dos ., & Kozel, S. . (2022). Cartografias como denúncia: as ameaças às Terras Indígenas no Estado de Rondônia. *Revista Geografias*, 26(2), 31–53. <https://doi.org/10.35699/2237-549X.2018.19619> (Original work published 13º de março de 2020).

APIB. **Retrospectiva 2021**. Luiz Eloy Terena e Sônia Guajajara, 2022. disponível em: <https://apiboficial.org/retrospectiva-2021/>

PORTO-GONÇALVES, C.W. **Entre América e Abya-Yala – tensões de territorialidade**. Periódico Desenvolvimento e Meio Ambiente. Paraná: Editora UFPR, n.20, 2009.

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados 202. CIMI. Brasília, 2021.

CARVALHO, J. A. **Território e trajetória Krenak – o olhar geográfico de uma disputa de narrativas** . Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente

Prudente, 2021. Disponível em:
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/210897/carvalho_ia_tcc_prud.pdf?isAllowed=y&sequence=6

CONCEIÇÃO, A. V. MARTINS, E. F. NUNES, J. G. RESISTINDO AOS INCÊNDIOS: saberes tradicionais nas brigadas indígenas no Tocantins. In: MOTOK, C. et al. Agro é Fogo: Fase 2 – O fogo continua. 2021. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/dossie/resistindo-aos-incendios-saberes-tradicionais-nas-brigadas-indigenas-no-tocantins/>

APIB OFICIAL, Exploração de combustíveis fósseis ameaça povos indígenas e meio ambiente. 2020a. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/12/16/exploracao-decombustiveis-fosseis-ameaca-povos-indigenas-e-meio-ambiente/>. Acesso em 20 de dez. 2020.

APIB OFICIAL, Justiça Federal anula efeitos da normativa da Funai que incentiva invasão de terras indígenas. 2020b. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/10/28/justicafederal-anula-efeitos-da-normativa-da-funai-que-incentiva-invasao-de-terras-indigenas/>. Acesso em 08 de dez. 2020

Thiollent, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. (16ª ed.), Cortez, São Paulo (2008).